

### SECRETÁRIO DE GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO E NOMEAÇÃO N.º 129/2026

A Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, através do Sr. ALAN TOGNI, Secretário Municipal de Administração do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, estabelecidas no decreto nº 7.297/2025 de 04 de setembro de 2025, NOMEIA os(a) concursados(a) abaixo relacionados(a), classificados(a) no Concurso Público 001/2023, e CONVOCA para apresentar documentos de forma on-line, habilitações exigidas, passar por avaliação médica admissional e posterior posse de seu respectivo cargo, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação deste edital no Site Oficial do Município.

CARGO: GUARDA CIVIL MUNICIPAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
31º	TANIA VANUSIA PEREIRA PRADO
32º	JOAO VICTOR SILVA DE QUEIROZ
33º	GABRIEL PEREIRA GOMES
34º	WÉDER FERNANDES DE ALMEIDA CAFÉ
35º	GIOVANNA PROENÇA LACERDA
36º	INGRID GRADY PONTES COSTA ALGAYER
37º	WILLIAN FERREIRA GRIPP
38º	PEDRO PAULO CARVALHO FERREIRA
39º	NILTON JUNIOR MIRANDA DA GRAÇA
40º	NATIELEN REGINA FRANÇA DE ALMEIDA

Conforme Decreto nº 6.911 de 09 de julho de 2024, a posse está condicionada ao exame médico admissional, devendo o convocado se apresentar com todos os exames constantes no Anexo I do Decreto.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do(a) candidato(a) convocado(a) podendo a Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, convocar o(s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

As documentações para ingresso devem ser encaminhadas em formato PDF através do link: <https://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br/site/carta-de-servicos/178> ou no Portal do Servidor no site da prefeitura: [www.lucasdoriorverde.mt.gov.br](http://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br).

Lucas do Rio Verde – MT, 22 de Maio de 2026.

**ALAN TOGNI**

**Secretário Municipal de Governo e Administração**

Divulgado no Diário Oficial de Contas em 22/05/2026

Publicado em 25/05/2026

#### CONTRATO N 1/2026 ADITIVO Nº 1

Contratante: Município de Lucas do Rio Verde

Contratado: JORDANA BARBOSA DA SILVA

Objeto: executar serviço na função de TEC. ADM. EDUCACIONAL - AREA MONITORIA na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

Valor: R\$ 3.187,26 (tres mil e cento e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos)

Prazo: 26/05/2026 a 19/08/2026.

### **DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA**

#### NOTAS EXPLICATIVAS - EXERCÍCIO 2025

Apresentação - Contexto Operacional

O Município de Lucas do Rio Verde, localizado no Estado de Mato Grosso (Brasil), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 24.772.246/0001-40, com endereço na Av. América do Sul, 2.500-S, bairro Parque dos Buritis.

As atividades operacionais da Prefeitura são amparadas pela Lei Municipal nº 3.765/2024 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2025.

Compõe a Administração direta, a Prefeitura e demais órgãos e a Câmara do Município de Lucas do Rio Verde. A Administração Indireta é composta pelo Instituto Municipal de Previdência Social de Lucas do Rio Verde e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto. A composição dos órgãos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social encontra-se detalhada nas Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário.

A sua principal atividade econômica é o agronegócio com alta tecnologia, destacando-se na produção de grãos (como soja, milho e algodão) e na indústria de transformação de alimentos, sendo um dos maiores polos de agronegócio de Mato Grosso e do Brasil e ocupando posição de destaque no setor agroindustrial.

O município tem vocação para investimentos em agroindústria, biotecnologia agrícola, logística e comércio, com potencial para expansão da agricultura de precisão, tecnologia rural, armazenagem e processamento de grãos, o que atrai investimentos privados e qualifica seu parque produtivo.

Segundo estimativas mais recentes, Lucas do Rio Verde possui uma população de cerca de 95.800 habitantes, com um crescimento populacional acelerado nas últimas décadas, resultado de migração interna e dinamismo econômico.

A renda per capita do município é elevada em comparação à média nacional, com dados que apontam um PIB per capita em torno de R\$ 98.000, superior à média estadual e à média nacional, devido à forte base produtiva e à geração de renda local vinculada ao agronegócio e setores correlatos.

Do ponto de vista econômico, Lucas do Rio Verde é um grande protagonista regional no agronegócio, com destaque para culturas como soja, milho e algodão, além de forte presença de pecuária integrada e agroindústrias, contribuindo para o crescimento do PIB municipal e atração de investimentos.

Culturalmente, o município possui uma população diversa com influências de migrantes provenientes de várias regiões do Brasil, o que se reflete em eventos comunitários, festas regionais e tradições ligadas ao campo e à produção rural. Ambientalmente, a cidade está inserida em uma zona de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica e conta com iniciativas de preservação e áreas verdes urbanas.

Historicamente, Lucas do Rio Verde foi emancipada em 4 de julho de 1988 e experimentou um rápido crescimento desde então, transformando-se de um projeto de assentamento rural em uma das cidades mais promissoras do Centro-Oeste brasileiro.

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 11ª edição) da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos vigentes.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBCT SP e o MCASP e são compostas por:

Balanço Patrimonial (BP);

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

Balanço Orçamentário (BO);

Balanço Financeiro (BF);

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

O escopo das demonstrações contábeis é no nível consolidada composta pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, conforme evidenciado no Contexto Operacional, tendo sido adotados os seguintes procedimentos:

a) os ajustes e as eliminações decorrentes do processo de consolidação foram realizados em documentos auxiliares e não originaram nenhum tipo de lançamento na escrituração das entidades que formam a unidade contábil;

b) as demonstrações contábeis integrantes da consolidação foram levantadas na mesma data.

c) foram eliminados os valores de quaisquer contas decorrentes de transações entre as entidades incluídas na consolidação;

Não verificaram-se efeitos relevantes na consolidação das demonstrações contábeis em razão da não defasagem indicada.

#### 2.1 Resumo das Principais Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as premissas das NBCT SP e do MCASP.

**Moeda Funcional** - A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidenciação das Demonstrações Contábeis é o Real.

**Caixa e Equivalentes de Caixa** - Incluem dinheiro em caixa, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

**Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo** - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da entidade. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

**Depósitos Restituíveis** - são os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo valor de custo acrescido dos rendimentos do período.

**Créditos a Curto Prazo** - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

**Estoques** - Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços, e caso tiver mercadorias para venda, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de custo, ou seja, de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o art. 85 da lei 4.320/64. Há, também, a possibilidade de redução dos valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor recuperável, quando o valor reconhecido estiver superior ao valor justo (valor de mercado).

**Ativo Realizável a Longo Prazo** - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de custo e nas saídas pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

**Ajuste para Perdas da Dívida Ativa** - a metodologia adotada para mensuração do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa, foi a média do

histórico de recebimentos nos últimos 03 anos.

**Investimentos** – São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos ou em fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados na prestação de serviços e que não serão vendidos em curto prazo. Estes bens podem ser avaliados por dois critérios para a mensuração: (i) valor justo (valor de mercado); e (ii) custo depreciado. Os demais investimentos são mensurados e avaliados pelo valor de custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (impairment), fruto de avaliações periódicas.

**Imobilizado** – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de custo (aquisição, construção ou produção). Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar potencial de serviços ou benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente no resultado do período como variações patrimoniais diminutivas.

**Intangível** – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados e avaliados com base no valor de custo (aquisição ou de produção), deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

**Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis** - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o valor de custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data do bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. A taxa de depreciação e o valor residual utilizados foram:

Bem	Taxa de Depreciação (% a.a.)	Valor Residual (% a.a.)
Móveis e Utensílios	10	10
Máquinas e Equipamentos	10	10
Bens de Informática	20	10
Material Cultural e Educacionais	10	10
Veículos	20	10
Maquinas e Veículos Pesados	25	10
Demais Bens Móveis	10	10

**Reavaliação e a Redução ao Valor Recuperável** – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;

**Passivos Circulantes e não Circulantes** As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e juros ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) provisões; e (vi) demais obrigações.

**Empréstimos e Financiamentos** - Compreendem as obrigações financeiras contratuais, internas e externas, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. São avaliados e mensurados pelo valor de custo acrescidos das atualizações monetárias e juros incorridos até a data das demonstrações contábeis.

**Provisões** – As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

**Benefícios a Empregados** - Benefícios a empregados referentes a encargos de férias e décimo terceiro salário são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego relacionados com aposentadoria e pensões são também reconhecidos pelo regime de competência.

**Ativos e Passivos Contingentes** – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.

**Apuração do Resultado** – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

Na Demonstração das Variações Patrimoniais é apurado o Resultado Patrimonial, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.

No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário será Déficit Orçamentário.

No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalentes de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

### 2.2 Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP/CP), estando os

procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

No quadro abaixo é apresentado os procedimentos e os prazos aplicáveis com a situação de implantação de cada procedimento, a saber: implantado, em andamento, não iniciado.

Procedimento Contábil Patrimonial	Prazo	Situação
PCP 1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2021	Implantado
PCP 2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	01/01/2021	Implantado
PCP 3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	01/01/2018	Implantado
PCP 4 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas	Imediato	Implantado
PCP 5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência	01/01/2020	Implantado
PCP 6 - Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas	01/01/2020	Implantado
PCP 7 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	01/01/2020	Implantado
PCP 8 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	01/01/2023	Implantado
PCP 9 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	01/01/2023	Implantado
PCP 10 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	01/01/2020	Implantado
PCP 11 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex: 13º salário, férias, etc).	01/01/2018	Implantado
PCP 12 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Implantado
PCP 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	01/01/2016	Implantado
PCP 15 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2021	Implantado
PCP 17 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	01/01/2020	Implantado
PCP 18 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	01/01/2022	Implantado
PCP 20 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios sociais	01/01/2026	Não Implantado
PCP 21 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros	01/01/2027	Não Implantado
PCP 22 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação Arrendamentos	01/01/2028	Não Implantado
PCP 23 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas	01/01/2028	Não Implantado
PCP 24 – NBCT SP 07 (R1) – Ativo Imobilizado Propriedade, Planta e Equipamento	01/01/2028	Não Implantado
PCP 25 – NBCT SP Estrutura Conceitual (R1)	01/01/2030	Em Andamento
PCP 26 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação Receita	01/01/2030	Em Andamento
PCP 27 – Despesas de Transferência	01/01/2030	Em Andamento

Informação Complementar dos Principais itens das Demonstrações Contábeis

### 3.1 Notas do Balanço Patrimonial

#### Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores disponíveis no Caixa, na Conta Única do Tesouro, Demais Bancos, Rede Bancária de Arrecadação e Aplicações Financeiras, conforme evidenciado na tabela abaixo

Tabela 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Caixa	0,00	0,00	0	0
Conta Única	21.439.668,83	28.082.448,46	17,63	24
Bancos Conta Movimento - Demais Bancos	856.444,80	245.630,47	0,7	249
Rede Bancária - Arrecadação	1.399.673,52	222.997,32	1,15	528
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	97.947.168,92	59.491.470,63	80,52	65
<b>Total</b>	<b>121.642.956,07</b>	<b>88.042.546,88</b>	<b>100</b>	<b>38</b>

Fonte: Balancete de Verificação

Nota 02 – Créditos a Receber Curto Prazo

Os créditos a receber de curto, são aqueles realizáveis até 12 meses e conforme evidenciado na tabela abaixo tem a seguinte composição

Tabela 02 – Créditos a Receber Curto Prazo

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Créditos Tributários a Receber	18.041,29	18.041,29	0,06	0
Cliente	1.917,01	1.917,01	0,01	0
Dívida Ativa Tributária	12.175.891,00	0,00	43,17	0
Dívida Ativa Não Tributária	557.200,00	0,00	1,98	0
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	15.452.135,03	16.352.352,24	54,78	-6
<b>Total</b>	<b>28.205.184,33</b>	<b>16.372.310,54</b>	<b>100</b>	<b>72</b>
Ajustes para perdas				
(-) Ajustes para perdas de créditos	(11.346.897,41)	0,00	0	0
<b>Total</b>	<b>16.858.286,92</b>	<b>16.372.310,54</b>	<b>100</b>	<b>3</b>

Fonte: Balancete de Verificação

No exercício de 2025 teve um acréscimo nas contas referentes a dívida ativa pois no ano anterior elas foram registradas apenas em créditos a longo prazo, no ano de 2025 foram incluídas em créditos a receber de curto prazo.

Os Créditos Tributários a Receber são relativos ao reconhecimento dos créditos lançados nos sistemas de arrecadação, à luz do regime de competência, e possuem o seguinte detalhamento.

Tabela 03 – Créditos Tributários a Receber - composição

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
IPTU a Receber	8.941,37	8.941,37	49,56	0
ISS a Receber	8.823,23	8.823,23	48,91	0
Taxa Pela Prestação de Serviços	276,69	276,69	1,53	0
<b>Total Créditos Tributários a Receber</b>	<b>18.041,29</b>	<b>18.041,29</b>	<b>100</b>	<b>0</b>

Fonte: Balancete de Verificação

Nota 03 – Demais Créditos a Receber Curto Prazo

Compreende os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo. A seguir, apresenta-se a composição desses valores: Tabela 04 – Demais créditos e valores a curto prazo

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Adiantamentos concedidos	48.134,12	39.715,43	0,31	21,20
Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo	5.410.130,51	4.223.910,08	35,01	28,08
Outros créditos a receber e valores a curto prazo (*)	9.993.870,40	12.088.726,73	64,68	(17,33)
<b>Total</b>	<b>15.452.135,03</b>	<b>16.352.352,24</b>	<b>100,00</b>	<b>(5,51)</b>

Fonte: Balancete de Verificação

\*Conforme Lei Complementar Municipal 132/2020 e 204/2020 O Espaço do Empreendedor de Lucas do Rio Verde, a área destinada às empresas que receberão os incentivos da presente lei, é composto pelos imóveis constantes no Loteamento Setor Industrial V, Setor Industrial IV, o imóvel denominado Lote 02, da Quadra 26B, Setor 40, e o imóvel denominado Lote 01E, da Quadra 26A, Setor 40, Lucas do Rio Verde

Os incentivos para implantação das empresas no Espaço do Empreendedor de Lucas do Rio Verde, consistirão na alienação parcelada dos imóveis e isenções fiscais constantes nesta lei.

O valor da conta outros créditos a receber e valores a curto prazo corresponde as parcelas vincendas de compras parceladas.

Nota 04 – Estoques

O estoque é relativo aos materiais em almoxarifado que são utilizados na prestação de serviços e possuem a composição conforme evidenciado na tabela abaixo:

Tabela 05 – Almoxarifado – composição

Materiais	31/12/2025	31/12/2024	AV(%)	AH(%)
Material de Consumo	2.509.359,22	3.369.554,37	62,90	(25,53)
Gêneros Alimentícios	41.112,68	35.833,97	1,02	14,73
Materiais de Construção	395.586,47	1.031.280,59	9,08	(61,64)
Autopeças	324,36	2.145,05	0,01	(84,88)
Medicamentos e Materiais Hospitalares	1.011.269,71	0,00	25,06	-
Material de Expediente	77.033,92	74.049,69	1,91	4,03
Outros - Almoxarifado	914,72	49.278,78	0,02	98,14
Valor Total	4.035.601,08	4.562.142,45	100	(11,54)

Fonte: Balancete de Verificação

Conforme evidenciado na tabela acima no ano de 2025 teve uma redução de 11,54% no período com destaque principalmente pelo item Materiais de Construção que teve baixas de 61,64%.

Nota 05 – Créditos a Receber Longo Prazo

Os créditos a receber de longo prazo, são aqueles realizáveis acima de 12 meses e conforme evidenciado na tabela abaixo tem a seguinte composição

Tabela 06 – Créditos a Receber Longo Prazo – composição

	31/12/2025	31/12/2024	AV(%)	AH(%)
Créditos a Longo Prazo	293.104.557,54	231.377.494,10	61	26,68
Dívida Ativa Tributária	74.925.600,11	74.980.290,10	26	(0,07)
Dívida Ativa Não Tributária	13.597.269,80	15.839.288,38	5	(14,15)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(78.936.895,13)	(80.852.130,78)	(27)	(2,37)
Créditos a Longo Prazo Intra OFSS	283.518.582,76	221.410.046,40	97	28,05
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	185.373.078,32	167.392.800,16	39	10,74
Valor Total	478.477.635,86	398.770.294,26	100	20

Fonte: Balancete de Verificação

Os direitos, os títulos de créditos de curto e longo prazo são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste.

Seguindo a orientação contida na Portaria no 548, de 24 de setembro de 2015, da Secretaria do Tesouro Nacional, foi realizado ajuste para perdas da dívida ativa dos créditos que apresentaram significativa probabilidade de não realização. O critério utilizado para ajuste de perdas da dívida ativa foi calculado conforme a média de recebimento da dívida ativa nos últimos 03 (três) exercícios financeiros (2024,2023 e 2022).

Tabela 07 – Ajustes de Perdas Dívida Ativa

Cálculo da média ponderada de recebimento		
Realizada Considerando todos os três últimos exercícios.	Tributária	Não Tributária
Estoque Médio da Dívida Ativa (A)	80.312.450,05	12.835.896,32
Média de Recebimento da Dívida Ativa (B)	8.491.568,83	1.209.396,69
Media Ponderada de Arrecadação da Dívida Ativa para o Exercício (C) = B/A	0,109	0,109
Cálculo das perdas estimadas para o exercício findo		
Média de arrecadação dos três últimos exercícios (D) = de (C) / 3	0,109	0,109
Saldo do Estoque da Dívida Ativa (E) = Saldo da Dívida ativa em 31/12 do exercício findo	86.412.229,61	13.763.384,12

Valor da Provisão ao Final do Exercício Findo (F) = E – (E*D)	77.005.510,76	12.262.984,75
Total	9.406.718,85	1.500.399,37
Curto Prazo	10.850.439,92	496.457,49
Longo Prazo	66.155.070,84	11.766.527,26

Nota 06 – Investimentos

Os investimentos no ente (ou entidade) são compostos por: participações permanentes, propriedades para investimento, e demais investimentos.

Tabela 08 – Investimentos – Composição

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Propriedades para Investimento	25.629.246,89	25.666.539,85	(0,15)
Participações Permanentes	3.223.258,48	0,00	0
Total	28.852.505,37	25.666.539,85	12

Fonte: Balancete de Verificação

Participações Permanente

As participações permanentes representam os investimentos realizados em consórcios Públicos.

Observa-se que houve um aumento na participação em empresas. Essa variação foi influenciada, principalmente, por resultado de equivalência patrimonial do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires.

Tabela 09 - Mutações dos Investimentos – Participações Permanentes

Entidade	Saldo em 31/12/2025	Saldo 31/12/2024 em	AV (%)	AH(%)
Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires	3.223.258,48	0,00	100	0
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Alto Teles Pires	0,00	0,00	0	0
Total	3.223.258,48	0,00	100	0

Fonte: Balancete de Verificação

Nota 07 – Imobilizado

O Imobilizado está dividido pelos bens móveis e os imóveis que são utilizados na prestação de serviços e possuem a composição conforme evidenciado na tabela abaixo:

Tabela 10 – Imobilizado – composição

Bens	31/12/2025	31/12/2024	AV(%)	AH(%)
Bens Móveis	142.233.970,86	133.263.130,81	11,96	6,73
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	60.575.215,28	54.416.618,67	42,59	11,32
Bens de Informática	14.624.629,85	12.328.105,40	10,28	18,63
Móveis e Utensílios	21.019.105,56	19.621.295,26	14,78	7,12
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	3.704.573,31	3.554.593,75	2,60	4,22
Veículos	13.222.252,93	39.966.984,75	9,30	(66,92)
Demais Bens Móveis	29.088.193,93	3.375.532,98	20,45	761,74
Imóveis	1.046.930.521,72	999.276.955,59	88,04	4,77
Bens de Uso Especial	609.809.237,25	610.822.981,45	58,25	(0,17)
Bens Dominicais	21.945.345,28	21.945.345,28	2,10	0
Bens de Uso Comum do Povo	272.499.053,59	166.107.701,45	26,03	64,05
Bens Imóveis em Andamento	131.398.162,63	191.261.417,66	12,55	(31,30)
Instalações	773.051,58	773.051,58	0,07	0
Demais Bens Imóveis	10.505.671,39	8.366.458,17	1,00	25,57
Valor Contábil Bruto	1.189.164.492,58	1.132.540.086,40	91,26	5
(-) Depreciação Acumulada	103.922.687,50	83.768.160,23	9,58	24,06

Valor Contábil Líquido	1.085.241.805,08	1.048.771.926,17	100,00	3,48
------------------------	------------------	------------------	--------	------

Fonte: Balancete de Verificação

Tabela 11 – Imobilizado – detalhamento das movimentações no período

Bens	Entradas		Saídas	
	Saldo Anterior	Aquisições	Baixas	Saldo Atual
Bens Móveis	133.263.130,81	142.811.078,81	133.840.238,76	142.233.970,86
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	54.416.618,67	51.289.894,86	45.131.298,25	60.575.215,28
Bens de Informática	12.328.105,40	2.453.469,67	156.945,22	14.624.629,85
Móveis e Utensílios	19.621.295,26	6.516.857,80	5.119.047,50	21.019.105,56
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	3.554.593,75	154.121,56	4.142,00	3.704.573,31
Veículos	39.966.984,75	5.196.506,82	31.941.238,64	13.222.252,93
Demais Bens Móveis	3.375.531,98	77.200.228,10	51.487.567,15	29.088.193,93
Imóveis	999.276.955,59	159.682.348,28	112.028.782,15	1.046.930.521,72
Bens de Uso Especial	610.822.981,45	1.125.469,02	2.139.213,22	609.809.237,25
Bens Dominicais	21.945.345,28	0,00	0,00	21.945.345,28
Bens de Uso Comum do Povo	166.107.701,45	107.993.333,69	1.601.981,55	272.499.053,59
Bens Imóveis em Andamento	191.261.417,66	48.424.332,35	108.287.587,38	131.398.162,63
Instalações	773.051,58	0,00	0,00	773.051,58
Demais Bens Imóveis	8.366.458,17	2.139.213,22	0,00	10.505.671,39
Valor Contábil Bruto	1.132.540.086,40	302.493.427,09	245.869.020,91	1.189.164.492,58
(-) Depreciação Acumulada	83.768.160,23	101.594.695,31	81.440.168,04	103.922.687,50
(=) Valor Contábil Líquido	1.048.771.926,17	200.898.731,78	164.428.852,87	1.085.241.805,08

Fonte: Balancete de Verificação

No exercício de 2025 o imobilizado teve um acréscimo de 3,48% de crescimento fruto das movimentações ocorridas no período conforme evidenciado na planilha acima, com destaque para a conclusão de grandes obras como construção de Unidades de Saúde, Escolas, Redes coletoras e pavimentação asfáltica.

Nota 08 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo e possuem a seguinte composição:

Tabela 12 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

	31/12/2025	31/12/2024	AV(%)	AH(%)
Pessoal A Pagar	1.737.236,35	147.253,74	30	1080
Benefícios Previdenciários a Pagar	58.109,88	16.068,34	1	262
Encargos Sociais a Pagar	4.034.416,14	3.225.226,18	69	25
Total	5.829.762,37	3.388.548,26	100	72

Nota 09 – Empréstimos e Financiamentos a Curto e Longo Prazo

Os empréstimos e financiamentos são relativos a operações de créditos que foram feitas para financiar investimentos e possuem a seguinte composição:

Tabela 13 – Empréstimos e Financiamentos – Composição

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Contrato 0522085 DV79 Lei 2740/2018	2.595.660,96	1.603.212,58	13
Contrato 17944.109681/2018-51 Lei 2865/2018	7.945.780,51	11.590.305,98	40
Contrato 17944.103629/2019-71 Lei 2971/2020	9.314.014,29	11.065.990,96	47

Total	19.855.455,76	24.259.509,52	100
-------	---------------	---------------	-----

Fonte: Balancete de Verificação

Todos os Contratos de Empréstimo e Financiamento são com a Instituição Caixa Econômica Federal e estes recursos foram utilizados para financiar o investimento em saneamento básico no Município.

Nota 10 – Fornecedores e contas a pagar a Longo Prazo

Tabela 14 – Precatórios de Contas a Pagar

PROCESSO	VALOR:
1007**1-**.2023.8.11.0000	731.931,92
1008**4-**.2024.8.11.0000	17.726.779,34
1009**9-**.2024.8.11.0000	2.028.334,15
1009**9-**.2024.8.11.0000	25.354.176,85
102**40-**.2024.8.11.0000	26.563,67
102**53-**.2024.8.11.0000	186.947,04
100**21-**.2025.8.11.0000	396.634,22
100**99-**.2025.8.11.0000	20.200,00
101**36-**.2025.8.11.0000	26.598,15
101**35-**.2025.8.11.0000	17.092,81
101**68-**.2025.8.11.0000	17.045,13
101**39-**.2025.8.11.0000	11.347,54
101**38-**.2025.8.11.0000	21.132,50
101**37-**.2025.8.11.0000	9.126,37
101**33-**.2025.8.11.0000	24.131,01
101**32-**.2025.8.11.0000	74.170,73
101**31-**.2025.8.11.0000	10.1992,69
101**34-**.2025.8.11.0000	13.652,47
101**41-**.2025.8.11.0000	10.020,16
101**42-**.2025.8.11.0000	23.849,75
101**44-**.2025.8.11.0000	21.643,50
101**45-**.2025.8.11.0000	27.128,80
101**46-**.2025.8.11.0000	22.530,56
101**48-**.2025.8.11.0000	20.939,16
101**35-**.2025.8.11.0000	10.350,81
101**76-**.2025.8.11.0000	15.214,18
101**75-**.2025.8.11.0000	23.617,37

Ano 15 Nº 3874

Divulgação sexta-feira, 22 de maio de 2026

Página 503

Publicação segunda-feira, 25 de maio de 2026

101**46-**.2025.8.11.0000	33.397,89
102**58-**.2025.8.11.0000	16.595,78
102**50-**.2025.8.11.0000	21.484,33
103**05-**.2025.8.11.0000	30.616,31
103**05-**.2025.8.11.0000	33.047,49
103**06-**.2025.8.11.0000	31.015,81
103**04-**.2025.8.11.0000	13.714,47
103**07-**.2025.8.11.0000	22.762,85
103**06-**.2025.8.11.0000	27.051,84
103**04-**.2025.8.11.0000	17.269,68
103**07-**.2025.8.11.0000	18.030,75
103**36-**.2025.8.11.0000	23.047,68
103**35-**.2025.8.11.0000	20.146,43
000**36-**.2024.8.11.0045	143.026,55
103**30-**.2025.8.11.0000	23.685,56
103**52-**.2025.8.11.0000	18.889,12
104**89-**.2025.8.11.0000	23.603,60
104**89-**.2025.8.11.0000	15.369,64
100**7-**.2025.8.11.0000	13.568,94
104**89-**.2025.8.11.0000	11.255,59
100**91-**.2020.8.11.0045	738.120,76
100**91-**.2020.8.11.0045	110.718,11
104**96-**.2025.8.11.0000	333.782,49
104**16-**.2025.8.11.0000	50.374,54
104**24-**.2025.8.11.0000	11.681,30
104**77-**.2025.8.11.0000	14.213,09
104**22-**.2025.8.11.0000	9.875,47
104**14-**.2025.8.11.0000	11.356,57
100**68-**.2026.8.11.0000	22.114,20
100**65-**.2026.8.11.0000	20.176,57
100**67-**.2026.8.11.0000	37.449,22

000**92-**.2015.8.11.0045	222.521,66
103**11-**.2024.8.11.0000	28.452,18
103**56-**.2024.8.11.0000	17.553,52
103**85-**.2024.8.11.0000	26.502,60
103**26-**.2024.8.11.0000	31.984,38
101**85-**.2025.8.11.0000	632.938,06
101**24-**.2025.8.11.0000	50.635,06
110**013-**.2025.8.11.0000	13.330,49
100**47-**.2025.8.11.0000	114.701,20

Nota 11 – Provisões

Provisões de Longo Prazo

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade, saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. As provisões se distinguem dos demais passivos porque envolvem incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua extinção. O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ocasionou mudanças significativas na definição de provisões. Com as mudanças adotadas, as provisões deixaram de se referir a ajustes dos valores contábeis de ativos e passaram a se referir apenas a passivos de prazo ou valor incertos. Dessa forma, embora sejam comumente conhecidos como “provisões”, não são provisões nos termos deste capítulo os ajustes de perdas estimadas com ativos, como, por exemplo, os ajustes para perdas com investimentos e para créditos de liquidação duvidosa, inclusive o ajuste para créditos de dívida ativa. No PCASP, tais ajustes são reconhecidos como contas redutoras do ativo.

Tabela 15 – Provisões de Longo Prazo – Composição

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Fundos em Capitalização – Provisões de Benefícios Concedidos	204.630.931,93	181.145.891,85	13
Fundo em Capitalização – Provisões de Benefícios a Conceder	427.665.458,96	385.408.010,89	11
Valor Atual da Obrigação com Amortização de Déficit atuarial	283.518.582,76	229.999.310,63	23
Total	915.814.973,65	796.553.213,37	15

Fonte: Balancete de Verificação

Em provisões a Longo Prazo temos o Valor Atual da Obrigação com Amortização de Déficit Atuarial que compreende os passivos de prazo ou de valor incerto, relacionados a futuros benefícios previdenciários a serem pagos aos contribuintes, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo. Registra o valor atual do equacionamento do déficit atuarial do Fundo em Capitalização implementado em Lei do Ente, é o somatório dos recursos que refletem a obrigação do Ente, enquanto patrocinador do Regime, em cobrir o déficit atuarial do regime no fundo em Capitalização.

Nota 12 – Resultado Acumulado

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superavit ou déficit acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. O Resultado anterior desta conta encerrou com valor de R\$ 754.233.613,39, o resultado do exercício alcançou, conforme demonstrado no Anexo 15 - Demonstrativo de Variações Patrimoniais, o valor de R\$ 8.703.389,92, com isso, o resultado acumulado no final do exercício de 2025 foi de R\$ 799.048.287,40. No exercício de 2025 foram contabilizados a título de ajustes de exercícios anteriores o montante de R\$ 6.144.981,41 que tratam de ajustes patrimoniais ligados ao Regime de Previdência Próprio do Município conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 16 – Ajustes de Exercícios Anteriores – Composição

Fatos que originaram	Fundamento	31/12/2025	AV (%)
1-) Reconhecimento do Resultado Patrimonial de Exercícios Anteriores	Ajustes Patrimoniais	1.118.482,40	18
2-) Créditos Previdenciários a Receber no Exercício de 2024 Lançados a Maior em Relação aos Valores a Serem Reconhecidos	Ajustes Patrimoniais	(53.893,24)	(1)
3-) Reserva Atuarial Para Contingências	Ajustes Patrimoniais	5.080.392,25	83
Total		6.144.981,41	100%

Fonte: Balancete de Verificação

Nota 13 – Obrigações Contratuais a Executar

Em 31/12/2025, o ente possuía um saldo de R\$ 249.050.176,23 de obrigações contratuais relacionado a parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s). A tabela abaixo segrega essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 17 – Obrigações Contratuais – Composição

Contratos	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Seguros	21.371.938,18	21.371.938,18	0
Serviços	106.027.155,45	69.668.421,49	52,19
Aluguéis	493.402,39	492.224,46	0,24
Fornecimento de Bens	116.091.643,21	137.597.519,41	(15,63)
Empréstimos e Financiamentos	5.066.037,00	5.066.037,00	0
<b>Total</b>	<b>249.050.176,23</b>	<b>215.196.140,54</b>	<b>15,73</b>

Fonte: Balancete de Verificação

Nota 14 – Superávit/Déficit Financeiro

Ativo e Passivo

Superávit financeiro: o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 445.516.945,67, é composto pelas seguintes destinações:

Recurso Código/Descrição	Disponibilidade	Obrigações	Superávit Financeiro
Ordinário	62.689.490,15	28.041.527,02	34.647.963,13
Vinculado	423.538.885,12	12.669.902,58	410.868.982,54
Educação	13.386.944,08	7.773.849,23	5.613.094,85
Saúde	9.816.696,79	3.715.344,62	6.101.352,17
Demais Vinculações	34.227.403,04	922.883,14	33.304.519,90
Previdência	366.107.841,21	257.825,59	365.850.015,62
<b>Total</b>	<b>486.228.375,27</b>	<b>40.711.429,60</b>	<b>445.516.945,67</b>

Fonte: Balancete de Verificação

Os recursos ordinários são os que estão livres para utilização enquanto que os vinculados são aqueles que possuem destinação legal.

3.2 Notas da Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

Nota 15 – Impostos, Taxas e Contribuições de melhoria

Tabela 18 – Impostos, Taxas e Contribuições

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Impostos	190.365.176,64	152.632.336,48	91,89	25
IPTU	39.692.710,03	28.213.805,82	21	41
ISS	81.233.896,46	67.493.098,19	43	20
ITBI	19.172.386,92	18.706.925,42	10	2
IRRF s/ Folha Pagamento	38.839.806,09	38.218.507,05	20	2
Outros Impostos	11.426.377,14	0,00	6	100
Taxas	16.731.079,38	14.297.942,01	8,08	17
Pelo Exercício do Poder de Polícia	6.632.921,18	6.410.313,18	40	3
Pela Prestação de Serviços	10.098.158,20	7.887.628,83	60	28
Contribuições de Melhoria	59.313,20	7.202,40	0,03	724
<b>Total</b>	<b>207.155.569,22</b>	<b>166.937.480,89</b>	<b>100</b>	<b>24</b>

Fonte: Balancete de Verificação

As Variações Patrimoniais Aumentativas com Impostos, Taxas e Contribuições teve um acréscimo em 2025 de 24% em relação a impostos, com destaque para o ISS que representam a maioria (ou cerca de 43%) do total no ano de 2025. Este acréscimo se deu em função de crescimento do comércio local.

Nota 16 – Transferências e Delegações Recebidas

Conforme evidenciado na tabela abaixo no exercício de 2019 as VPA's de Transferências e Delegações Recebidas totalizaram o montante de R\$ 517.547.945,50 que em relação a 2024 tiveram um aumento de 24%, com destaque para a Cota-parte do ICMS.

Tabela 19 – Transferências e Delegações Recebidas

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Transferências Intragovernamentais	22.590.569,27	9.213.463,50	4,36	145
Transferências Intergovernamentais	493.458.392,19	408.721.951,66	95,35	21
Cota-parte FPM	77.897.640,74	66.302.088,62	15,79	17

Cota-parte ICMS	158.200.275,23	142.754.927,55	32,06	11
Cota-parte IPVA	31.308.332,94	26.894.621,05	6,34	16
Transferências FUNDEB	136.203.857,09	116.631.056,35	27,6	17
Demais Transferências Intergovernamentais	89.848.286,19	56.139.258,09	18,21	60
Transferências das Instituições Privadas	977.233,25	443.520,95	0,19	120
Transferências de pessoas Físicas	36.384,74	14.953,09	0,01	143
Outras Transferências e Delegações Recebidas	485.366,05	0,00	0,09	0
<b>Total</b>	<b>517.547.945,50</b>	<b>418.393.889,20</b>	<b>100</b>	<b>24</b>

Fonte: Balancete de Verificação

Nota 17 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos

Tabela 20 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desinc. De Passivos

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Reavaliação de Ativos	47.882.281,46	45.019.125,06	55	6
Reavaliação do Imobilizado	0,00	10.420.601,10	0	(100)
Valorização a Valor Justo dos Investimentos Temporários do RPPS	47.882.281,46	34.598.523,96	100	38
Ganhos com Alienação	9.860.887,52	35.614.056,22	11	(72)
Ganhos Com Alienação de Propriedades Para Investimentos	9.502.184,83	35.614.056,22	96	(73)
Ganhos Com Alienação de Demais Investimentos Permanentes	358.702,69	0,00	4	-
Ganhos Com Incorporação de Ativos	2.006.948,71	2.591.271,29	2	(23)
Ganhos com Desincorporação de Passivos	26.581.325,87	29.069,67	31	91340
<b>Total</b>	<b>86.331.443,56</b>	<b>83.253.522,24</b>	<b>100</b>	<b>4</b>

Fonte: Balancete de Verificação

Da parte das VPA's com a Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos em 2025 as mais relevantes foram com Ganhos com Desincorporação de Passivos que representam 31% do total, em função da Baixa do Reconhecimento por competência das férias e do décimo terceiro.

Nota 18 – Pessoal e Encargos Sociais

Conforme evidenciado na tabela abaixo, as VPD's com Pessoal e Encargos tiveram em 2025 um crescimento de 23% em relação a 2024. Esta variação se deu em especial pelo aumento do número de 153 servidores.

Tabela 20 – Pessoal e Encargos Sociais

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Remuneração a Pessoal	291.126.795,26	240.059.940,77	79,8	21
Abrangidos Pelo RPPS	224.264.272,33	185.760.570,12	77,03	21
Abrangidos Pelo RGPS	66.862.522,93	54.299.370,65	22,97	23
Encargos Patronais	52.428.485,75	39.182.543,46	14,37	34
Encargos Patronais - RPPS	46.337.393,65	33.474.428,68	88,38	38
Encargos Patronais - RGPS	5.975.410,18	5.658.764,32	11,40	6
Outros Encargos Patronais	115.681,92	49.350,46	0,22	134
Benefícios a Pessoal	20.888.514,82	17.213.170,54	5,73	21
Outras Variações – Pessoal e Encargos	356.026,49	296.461,49	0,10	20
<b>Total</b>	<b>364.799.822,32</b>	<b>296.762.116,26</b>	<b>100</b>	<b>23</b>

Fonte: Balancete de Verificação

Da parte das VPD's com Pessoal e Encargos as mais representativas são as relativas a Remuneração a Pessoal que representam 79,80% do total.

Nota 19 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Tabela 21 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
--------------	------------	------------	--------	--------

Aposentadorias por Tempo de Contribuição	11.539.407,47	10.845.124,79	55,82	6
Aposentadorias Compulsórias	306.085,92	324.163,21	1,48	(6)
Aposentadorias por Invalidez	2.946.640,62	2.963.877,74	14,25	(1)
Sentenças Judiciais - Aposentadorias	993.796,29	87.742,22	4,81	1033
Outras Aposentadorias	2.419.914,31	1.063.486,40	11,71	128
Proventos de Pensões	2.091.727,79	1.796.981,36	10,12	16
Sentenças Judiciais - Pensões	32.757,24	186.947,04	0,16	(82)
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	340.800,00	389.200,00	1,65	(12)
Total	20.671.129,64	17.657.522,76	100	17

Fonte: Balancete de Verificação

As VPD's com Benefícios Previdenciários e Assistenciais que totalizaram o montante de R\$ 20.671.129,64 no exercício de 2025, que teve um aumento de 17% em relação a 2024.

Importante destacar que os benefícios previdenciários representam 6% da folha de pessoal de Ativos que representam uma situação baixa de comprometimento entre a força de trabalho e os inativos.

Nota 20 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Tabela 22 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Consumo de Material	63.800.842,52	56.698.196,87	22	12,53
Gêneros Alimentação	11.546.055,00	11.520.754,25	18	0,22
Material Farmacológico	2.394.198,57	3.616.193,60	4	(33,79)
Material p/ Manut. E Bens Imóveis/Instalações	8.223.894,65	9.946.742,14	13	(17,32)
Material de Manutenção de Veículos	8.757.541,38	4.666.201,87	14	87,68
Outros Materiais de Consumo	32.879.152,92	26.948.305,01	52	22,01
Serviços de Terceiros	209.666.050,18	236.929.138,20	71	(11,51)
Estagiários	3.190.758,26	3.166.631,22	2	0,76
Serv. De Apoio Admin., Técnico e Operacional	22.680.935,06	29.428.418,91	11	(22,93)
Sentenças Judiciais	1.634.047,59	46.085.799,84	1	(99,45)
Manutenção e Conservação	44.138.460,69	25.762.557,83	21	71,33
Serviços de Apoio	3.203.743,17	3.073.065,66	2	4,25
Serviços de Água e Esgoto, Telefonia e Internet, Energia Elétrica, Gás	20.120.089,11	20.927.138,95	10	(3,86)
Locações	8.437.203,12	7.303.500,97	4	15,52
Serviços Relacionados a Tecnologia da Informação	10.815.319,82	11.650.300,16	5	(7,17)
Serviços de Transporte	4.446.554,73	4.018.569,36	2	10,65
Festividades e Homenagens	1.332.024,73	2.630.601,66	1	(49,36)
Serv. Médico-hospitalar, Odontol. E Laboratoriais	45.471.534,06	43.658.012,82	22	4,15
Serviços Técnicos Profissionais	4.473.733,38	2.820.112,97	2	58,64
Passagens e Despesas com Locomoção	1.755.777,20	909.135,07	1	93,13
Contrato de Terceirização por Substituição de mão de Obra – Art. 18§	20.093.279,43	19.084.812,76	10	5,28
Outros Serviços de Terceiros	17.872.589,83	16.410.480,02	9	8,91
Depreciação, Amortização e Exaustão	20.599.412,03	11.158.218,13	7	84,61
Total	294.066.304,73	304.785.553,20	100	(3,52)

Fonte: Balancete de Verificação

As VPD's com uso de bens, serviços e consumo de capital fixo totalizaram em 2025 o montante de R\$294.066.304,73 que representa uma redução de 3,52% em relação ao exercício de 2024, conforme é evidenciado de forma detalhada na tabela acima. Da parte do consumo de material destaque para as rubricas Gêneros de Alimentação que representam 18% do total e se justificam pela necessidade desses recursos para

a merenda escolar nas escolas municipais. Em relação aos serviços de terceiros que representam 71% do total das VPD's de Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, destaque para as rubricas de Serv. Médico-hospitalar, Odontol. E Laboratoriais que em 2025 tiveram um acréscimo de 4,15% em relação a 2024. A forte representativa destas despesas de serviços se deve em função do contrato de Gestão com o hospital no Município que presta serviços para a Prefeitura.

Nota 21 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Conforme evidenciado na tabela a seguir, as VPD's com Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos tiveram uma variação de 23% em relação ao exercício de 2024.

Tabela 23 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Ajuste Para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	1.127.462,72	3.150.517,11	3	(64)
Desvalorização a Valor Justo dos Investimentos Temporários do RPPS	2.829.426,89	11.118.714,96	8	(75)
Desincorporação de Dívida Ativa Tributária	265.764,77	23.561.409,37	1	(99)
Desincorporação de Investimentos e Aplicações Temporárias	12.091.431,13	6.938.370,01	34	74
Demais Desvalorizações e Perdas de Ativos	18.945.196,30	1.074.586,33	54	1663
Total	35.259.281,81	45.843.597,78	100	(23)

Fonte: Balancete de Verificação

Nota 22 – Resultado Patrimonial

Conforme evidenciado na tabela abaixo o Resultado Patrimonial no exercício de 2025 foi R\$ 98.862.946,28 superior ao apurado em 2024, uma variação 288% no período.

Tabela 24 – Resultado Patrimonial

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.184.036.818,68	902.521.405,78	31
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	1.085.173.872,40	955.213.464,55	14
(=) Resultado Patrimonial	98.862.946,28	(52.692.058,77)	288

Fonte: Balancete de Verificação

As principais variações que contribuíram para o resultado em 2025 foram as seguintes: Aumento da Arrecadação do IPTU e redução do uso de bens, serviços e consumo de capital Fixo.

### 3.3 Notas do Balanço Orçamentário

Os Órgãos Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e suas Unidades Orçamentárias conforme a Lei número 3.765/2024 (LOA 2025) estão evidenciados na tabela a seguir:

Tabela 25 – Órgãos Integrantes do OFSS e suas Unidades Orçamentárias

Orçamento Fiscal	
Órgão	Unidade Orçamentária
Câmara Municipal	Câmara Municipal
Gabinete do Prefeito	Gabinete do Prefeito Procuradoria Controladoria Ouvidoria
Sec. de Governo e Administração	Gabinete do Secretário Depto de Tecnologia da Informação e Comunicações Depto de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas Departamento de Licitação, Compras e Contratos Departamento de Comunicação Fundo Mun. Defesa dos Direitos Difusos FMDD/PROCON
Sec. de Fazenda	Gabinete do Secretário Departamento Financeiro Departamento de Tributação Departamento de Fiscalização Departamento de Fomento de Receita Departamento Contábil
Sec. de Infraestrutura e Obras	Gabinete do Secretário

	Departamento Administrativo Departamento de Pátio e Obras Departamento de Engenharia e Arquitetura Depto Pavimentação Asfáltica Obras Complementares Departamento de Produção de Artefatos e Concreto Departamento de Arborização, Jardinagem e Limpeza Depto de Estradas Vicinais e Serviços Rurais Fundo Municipal de Infraestrutura e Obras
Sec. de Agricultura e Meio Ambiente	Gabinete do Secretário Departamento de Agricultura Departamento de Meio Ambiente Fundo Municipal de Meio Ambiente
Sec. de Des. Econômico, Planejamento e Cidade	Departamento de Desenvolvimento Econômico Departamento de Planejamento e Cidade Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano
Sec. de Educação	Gabinete do Secretário Fundeb Fundo Manut. Desen. Educação Básica Valor Prof. Fundo Municipal de Educação Fundo Mun. Ciência Inovação Tecnologia Educacional
Sec. de Esporte e Lazer	Gabinete do Secretário Fundo Municipal de Esporte e Lazer
Serviço Autônomo de Água e Esgoto	Departamento Administrativo Departamento do Sistema de Água Departamento Esgoto Sanitário Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB Departamento de Resíduos Sólidos
Sec. De Cultura e Turismo	Gabinete do Secretário Departamento de Cultura Fundo Municipal de Incentivo à Cultura Departamento de Turismo
Sec. De Segurança Pública	Gabinete de Secretaria Departamento de Segurança Departamento de Trânsito Fundo Municipal de Segurança e Trânsito Fundo Municipal Antidrogas
Operações Especiais	Operações Especiais

Orçamento Seguridade Social	
Órgão	Unidade Orçamentária
Sec. Saúde	Gabinete do Secretário Fundo Municipal de Saúde
Sec. De Assistência Social e Habitação	Gabinete do Secretário Fundo Municipal de Assistência Social Fundo Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescente Fundo Municipal de Habitação Fundo Municipal dos Direitos da Mulher Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Lucas do Rio Verde - PREVILUCAS	Administração Geral

Nota 23– Receita Orçamentária

Em relação a Receita Orçamentária do total previsto R\$ 797.561.788,85 foi arrecadado R\$ 905.695.920,94 o que representa 14% e gerou um excesso de arrecadação de R\$ 37.788.60,34 conforme é detalhado na tabela abaixo:

Tabela 26 – Detalhamento da Receita Prevista/Arrecadada

Receitas orçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas	Saldo
------------------------	------------------	---------------------	---------------------	-------

	(a)	(b)	(c)	(d) = (c-b)
Receitas Correntes	738.846.732,37	808.047.244,12	844.953.105,17	39.905.861,05
Receitas Tributárias	193.489.653,48	203.745.259,98	195.547.116,59	(8.198.143,39)
Impostos	175.168.600,00	175.168.600,00	178.250.469,34	3.081.869,34
ISS	84.010.000,00	84.010.000,00	81.675.180,27	(2.334.819,73)
IPTU	36.795.400,00	36.795.400,00	38.562.550,47	1.767.150,47
IRRF	37.671.900,00	37.671.900,00	38.839.806,09	1.167.906,09
ITBI	16.691.300,00	16.691.300,00	19.172.932,51	2.481.632,51
Taxas	18.294.053,48	28.549.659,98	17.262.190,69	(11.287.469,29)
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	7.240.100,00	17.495.706,50	7.159.922,33	(10.335.784,17)
Taxas pela Prestação de Serviços	11.053.953,48	11.053.953,48	10.102.268,36	(951.685,12)
Contribuição de Melhoria	27.000,00	27.000,00	34.456,56	7.456,56
Receitas de Contribuições	69.240.800,00	69.240.800,00	78.385.327,37	9.144.527,37
Contribuições Sociais	21.357.000,00	21.357.000,00	22.757.333,61	1.400.333,61
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	11.800.800,00	11.800.800,00	10.573.939,67	(1.226.860,33)
Contribuição Patronal – Servidor Civil	36.083.000,00	36.083.000,00	45.054.054,09	8.971.054,09
Receita Patrimonial	24.704.925,95	24.779.462,95	40.579.794,35	15.800.331,40
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	156.000,0	156.000,00	270.472,53	114.472,53
Valores Mobiliários	24.548.925,95	24.550.382,95	36.309.321,82	11.758.938,87
Cessão de Direitos	0,00	73.080,00	4.000.000,00	3.926.920,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	35.237.828,56	35.237.828,56	37.590.604,37	2.352.775,81
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	25.439.083,20	25.439.083,20	27.430.158,63	1.991.075,43
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	8.724.380,14	8.724.380,14	9.337.370,21	612.990,07
Outros Serviços	1.074.365,22	1.074.365,22	823.075,53	(251.289,69)
Transferências Correntes	407.959.280,94	466.470.149,19	478.861.076,41	12.390.927,22
Outras Receitas Correntes	8.214.243,44	8.573.743,44	13.989.186,08	5.415.442,64
Receitas De Capital	58.715.056,48	59.860.056,48	60.742.815,77	882.759,29
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	25.000.000,00	26.145.000,00	27.266.559,28	1.121.559,28
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	33.715.056,48	33.715.056,48	33.476.256,49	(238.799,99)
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Receitas Orçamentárias	797.561.788,85	867.907.300,60	905.695.920,94	37.788.620,34

Comparando a arrecadação da receita orçamentária de 2025 em relação a 2024 verifica-se uma variação de R\$ 109.575.193,26 que representa 14%. Esta variação ocorreu em especial pelas seguintes receitas de Transferências Correntes em função do aumento da Transf. Do Fun. de M. e Desenv. Da Educação Básica e de V. dos Prof. Da Educação ocorrida pelo aumento de alunos matriculados na educação básica pública municipal.

Tabela 27 – Comparativo da arrecadação da receita orçamentária

Receitas orçamentárias	31/12/2025	31/12/2024	Variação R\$	% de Variação
Receitas Correntes	844.953.105,17	712.930.686,15	132.022.419,02	19
Receitas Tributárias	195.547.116,59	176.734.969,52	18.812.147,07	11
Impostos	178.250.469,34	161.260.018,98	16.990.450,36	11
ISS	81.675.180,27	70.165.285,48	11.509.894,79	16
IPTU	38.562.550,47	34.166.571,23	4.395.979,24	13

IRRF	38.839.806,09	38.218.507,05	621.299,04	2
ITBI	19.172.932,51	18.709.655,22	463.277,29	2
Taxas	17.262.190,69	15.442.519,09	1.819.671,60	12
Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia	7.159.922,33	7.433.487,43	-273.565,10	-4
Taxa pela Prestação de Serviços	10.102.268,36	8.009.031,66	2.093.236,70	26
Contribuição de Melhoria	34.456,56	32.431,45	2.025,11	6
Receitas de Contribuições	78.385.327,37	62.451.717,51	15.933.609,86	26
Contribuições Sociais	22.757.333,61	19.144.286,24	3.613.047,37	19
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	10.573.939,67	11.000.151,43	-426.211,76	-4
Contribuição Patronal – Servidor Civil	45.054.054,09	32.307.279,84	12.746.774,25	39
Receita Patrimonial	40.579.794,35	41.020.630,81	-440.836,46	-1
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	270.472,53	225.083,27	45.389,26	20
Valores Mobiliários	36.309.321,82	40.795.547,54	-4.486.225,72	-11
Cessão de Direitos	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0
Receitas de Serviços	37.590.604,37	35.348.535,45	2.242.068,92	6
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	27.430.158,63	25.178.344,57	2.251.814,06	9
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	9.337.370,21	8.673.588,51	663.781,70	8
Outros Serviços	823.075,53	1.496.602,37	-673.526,84	-45
Transferências Correntes	478.861.076,41	382.636.051,57	96.225.024,84	25
Outras Receitas Correntes	13.989.186,08	14.738.781,29	-749.595,21	-5
Receitas De Capital	60.742.815,77	83.190.041,53	-22.447.225,76	-27
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0
Alienação de Bens	27.266.559,28	40.186.030,10	-12.919.470,82	-32
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0
Transferências de Capital	33.476.256,49	43.004.011,43	-9.527.754,94	-22
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0
Total de Receitas Orçamentárias	905.695.920,94	796.120.727,68	109.575.193,26	14

Nota 24 – Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)

O superávit financeiro apurado em 31 de dezembro do exercício anterior foi segregado por fonte/destinação de recursos, em observância ao princípio da vinculação da receita, no exercício corrente, parte do superávit financeiro foi utilizada para abertura de créditos adicionais suplementares, devidamente autorizados em lei, observando-se rigorosamente a destinação legal de cada fonte de recursos conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 28 – Utilização do superávit no exercício corrente

Fonte/Destinação de Recursos	Superávit Financeiro (a)	Utilizado no Exercício (b)	Valor Empenhado (c)	% Empenhado em Relação ao Superávit total(c/a)x100
Ordinário	27.927.072,06	29.276.472,32	25.553.297,73	92
Vinculado	324.015.637,00	14.353.743,80	13.888.099,01	4
Educação	3.637.995,75	2.735.423,50	2.725.040,76	75

Saúde	3.856.502,53	3.831.541,84	3.592.958,88	93
Demais Vinculações	20.974.736,45	7.786.778,46	7.570.099,37	36
Previdência (RPPS)	295.546.402,27	0,00	0,00	0
<b>Total</b>	<b>351.942.709,06</b>	<b>43.630.216,12</b>	<b>39.441.396,74</b>	<b>11</b>

Nota 25 – Despesa Orçamentária

No exercício de 2025 o Orçamento foi aprovado pela lei 3.765 publicada no Diário Oficial no dia 27/12/2024, que teve uma previsão de receita de R\$ 797.561.788,85 e uma dotação inicial da Despesa de R\$ 797.561.788,85. Teve a abertura de créditos adicionais (suplementar, especial e extraordinário) no montante de R\$ 254.398.644,26 conforme é evidenciado no detalhamento abaixo.

Tabela 29 – Composição e execução por tipo de créditos.

Tipo de crédito	Total da despesa autorizada por tipo de crédito	Total da despesa executada (empenhada) por tipo de crédito	Execução / total de autorizações (%)
Inicial	784.461.787,85	784.461.787,85	100
Suplementar	254.352.789,45	121.189.013,09	48
Especial	45.854,81	45.120,00	98
Extraordinário	0,00	0,00	0
<b>Total</b>	<b>1.038.860.432,11</b>	<b>905.695.920,94</b>	<b>87</b>

Fonte: Quadro Detalhamento das Despesas

Conforme evidenciado na tabela abaixo da dotação atualizada de R\$ 866.302.166,72 foi empenhado o valor de R\$ 816.785.623,14 que corresponde a 94,28%, da despesa empenhada foi liquidado o valor de R\$ 789.651.371,80 que corresponde a 96,68% e a despesa paga foi de R\$ 784.611.732,75 o que representa 99,36% em relação a despesa liquidada.

Tabela 30 – Execução da Despesa Orçamentária

Despesas orçamentárias	Dotação atualizada (a)	Despesa empenhada (b)	% Empenho =b/a	Despesas liquidada (c)	% Liquidação = c/b	Despesa paga (d)	% Pagamento =d/c
Despesas Correntes	762.814.460,82	734.744.091,57	96,32	721.984.310,14	98,26	716.964.118,08	99,30
Pessoal e Encargos Sociais	343.906.116,94	335.274.236,18	97,49	335.243.316,48	99,99	331.308.004,55	98,83
Juros e Encargos da Dívida	3.132.741,82	3.051.326,44	97,40	3.051.326,44	100,00	3.051.326,44	100,00
Outras Despesas Correntes	415.775.602,06	396.418.528,95	95,34	383.689.667,22	96,79	382.604.787,09	99,72
Despesas de Capital	103.476.705,90	82.041.531,57	79,29	67.667.061,66	82,48	67.647.614,67	99,97
Investimentos	100.390.946,91	78.968.081,93	78,66	64.593.612,02	81,80	64.574.165,03	99,97
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Amortização da Dívida	3.085.758,99	3.073.449,64	99,60	3.073.449,64	100,00	3.073.449,64	100
Reserva de Contingencia	11.000,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0

Ano 15 Nº 3874

Divulgação sexta-feira, 22 de maio de 2026

Página 513

Publicação segunda-feira, 25 de maio de 2026

Total das Despesas	866.302.166,72	816.785.623,14	94,28	789.651.371,80	96,68	784.611.732,75	99,36
--------------------	----------------	----------------	-------	----------------	-------	----------------	-------

Fonte: Balanço Orçamentário

Conforme demonstrado na tabela acima, as Outras Despesas Correntes e Investimentos tiveram 95,34% e 78,66% respectivamente de execução, segue abaixo o detalhamento destas despesas.

Tabela 31 – Detalhamento da Execução de Outras Despesas Correntes e Investimentos

Despesas orçamentárias	Dotação atualizada (a)	Despesa empenhada (b)	% Empenho =b/a	Despesas liquidada (c)	% Liquidação = c/b
Outras Despesas Correntes	415.775.602,06	396.418.528,95	95	383.689.667,22	97
Contribuições	61.677.804,64	58.806.299,51	95	58.386.535,84	99
Subvenções Sociais	13.555.820,49	12.924.708,40	95	12.724.708,40	98
Rateio Pela Participação em Consórcio Público	11.318.865,67	10.791.898,46	95	10.639.075,67	99
Diárias - Civil	126.299,68	120.419,60	95	120.419,60	100
Material de Consumo	64.778.286,92	61.762.434,07	95	58.906.250,00	95
Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	482.344,96	459.888,65	95	459.888,65	100
Material, bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1.874.408,54	1.787.142,57	95	1.550.682,64	87
Passagens e Despesas com Locomoção	2.020.379,63	1.926.317,75	95	1.726.904,78	90
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	21.466.024,97	20.466.641,14	95	20.093.279,43	98
Serviços de Consultoria	177.629,46	169.359,65	95	169.359,65	100
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	5.334.668,52	5.086.304,82	95	5.001.231,98	98
Locação de Mão-de-obra	30.539,79	29.117,96	95	27.969,96	96
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	182.773.474,56	174.264.174,11	95	167.929.287,97	96
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	11.917.036,14	11.362.220,18	95	10.151.350,89	89
Auxílio-Alimentação	21.986.270,57	20.962.665,90	95	20.499.157,59	98
Obrigações Tributárias e Contributivas	8.603.089,47	8.202.559,40	95	8.049.187,54	98
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	368.611,26	351.450,00	95	340.800,00	97
Depósitos Compulsórios	191.163,92	182.263,99	95	182.263,99	100
Compensações a Regimes de Previdência	24.963,06	23.800,87	95	23.800,87	100
Sentenças Judiciais	924.070,31	881.048,79	95	879.556,37	100
Despesas de Exercícios Anteriores	5.320,46	5.072,76	95	5.072,76	100
Indenizações e Restituições	6.138.529,04	5.852.740,37	95	5.822.882,64	99
Investimentos	100.390.946,91	78.968.081,93	95	64.593.612,02	82
Obras e Instalações	66.760.726,18	52.514.361,67	95	42.151.788,27	80
Equipamentos e Material Permanente	15.366.106,40	12.087.065,48	95	9.137.990,23	76

Indenizações e Restituições	15.630.820,03	12.295.290,71	95	11.965.735,68	97
Outros Investimentos	2.633.294,30	2.071.364,07	95	1.338.097,84	65
Total	516.166.548,97	475.386.610,88	95	448.283.279,24	94

Nota 26 – Resultado Orçamentário

Conforme demonstrado na tabela abaixo no exercício de 2025 o resultado orçamentário foi de superávit de R\$ 88.910.297,80 que em comparação ao resultado de 2018 teve uma variação de 84% fruto em especial de uma maior arrecadação de transferências governamentais.

Tabela 30 – Resultado Orçamentário

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Receitas Arrecadadas	905.695.920,04	796.120.727,68	14
(-) Despesas Empenhadas	816.785.623,14	747.822.092,39	9
(=) Resultado Orçamentário	88.910.297,80	48.298.635,29	84

Fonte: Balancete de Verificação

Nota 27 – Execução dos Restos a Pagar

Tabela 32- Execução de Restos a Pagar não Processados e Processados

	Inscritos (menos os cancelados)(a)	Liquidado (b)	Pago (c)	Saldo	% Execução d= (c/a)
Despesas Correntes	14.932.027,40	10.786.347,76	14.377.635,43	554.391,97	96
Pessoal e Encargos Sociais	3.002.061,82	862,50	2.963.136,69	38.925,13	99
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Despesas Correntes	11.929.965,58	10.785.485,26	11.414.498,74	515.466,84	96
Despesas de Capital	7.200.465,54	6.731.881,63	6.875.546,29	324.919,25	5
Investimentos	7.200.465,54	6.731.881,63	6.875.546,29	324.919,25	95
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Total	22.132.492,94	17.518.229,39	21.253.181,72	879.311,22	96

Conforme evidenciado na tabela acima foi pago 96% dos restos a pagar processados e não processados no período, com destaque para os relacionados a pessoal e encargos sociais. O saldo de Restos a pagar não processados liquidados e não pagos no ano de 2025 foram transferidos para Restos a Pagar Processados.

3.4 Notas do Balanço Financeiro e da DFC

Nota 28 – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

No exercício de 2025 conforme evidenciado na tabela abaixo, ocorreu o ingresso de R\$ 22.590.569,27 de Transferências Financeiras Recebidas com destaque para Pagamento do Duodécimo. Por outro lado, teve dispêndios de R\$ 22.360.688,11 de Transferências Financeiras Concedidas com destaque para transferências financeiras do Serviço Autônomo de Água e Esgoto para a Prefeitura.

Tabela 33 – Transferências Recebidas e Concedidas Para a Execução Orçamentária

Transferências financeiras recebidas		Transferências financeiras concedidas	
Origem	Montante	Destino	Montante
Serviço Autônomo de Água para Prefeitura	6.080.245,33	Serviço Autônomo de Água para Prefeitura	6.080.245,33
Câmara Duodécimo -Devolução	3.167.389,98	Câmara -Devolução Duodécimo	3.167.389,98
Câmara Aplicação Duodécimo Rendimentos Financeira	229.881,16		
Câmara Duodécimo -Pagamento	13.100.001,00	Câmara -Pagamento Duodécimo	13.100.001,00

Ano 15 Nº 3874

Divulgação sexta-feira, 22 de maio de 2026

Página 515

Publicação segunda-feira, 25 de maio de 2026

Prefeitura Autônoma	Para Serviço	13.051,80	Prefeitura Para Serviço Autônomo – Termo de Cooperação 01/2025	13.051,80
Total		22.590.569,27	Total	22.360.688,11

Nota 29 – Geração Líquida de Caixa/Resultado Financeiro

Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	2025	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	88.042.546,88	387.609.179,10
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	121.642.956,05	88.042.546,88

Conforme evidenciado na tabela acima no exercício de 2025 teve um superávit na geração líquida caixa de R\$ 36.673.858,81 em especial pelo superávit gerado no Fluxo de atividades operacionais. Conforme demonstrado na tabela abaixo:

Fluxos	2025	2024
Fluxo das Atividades Operacionais (I)	171.101.206,21	123.115.709,16
Fluxo das Atividades de Investimentos (II)	(134.427.347,40)	(419.405.360,28)
Fluxo das Atividades de Financiamento (III)	(3.073.449,64)	(3.276.981,10)
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa IV = (I+II+III)	33.600.409,76	(299.566.632,22)

### LICITAÇÃO

#### INEXIGIBILIDADE Nº 006 2026 - ATA 05

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.006/2026–CREDENCIAMENTO N.002/2026-RATIFICAÇÃO–ATA 005

O Prefeito de Lucas do Rio Verde, Sr. Miguel Vaz Ribeiro, torna público, que tendo concordado com a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica, no processo de Inexigibilidade de Licitação nº 006/2026, Credenciamento nº 002/2026, com objeto: “Credenciamento destinado a empresas que tenham interesse na Prestação de Serviços Especializados na realização de Consultas, Exames, Procedimentos Médicos e Odontológicos de forma a complementar a cobertura dos serviços prestados pela Rede Municipal de Saúde – Sistema Único de Saúde, à pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Lucas do Rio Verde – MT”, as empresas OFTALMOCLINICA CLINICA DE OFTALMOLOGIA SOCIEDADE SIMPLES UNIPESSOAL LTDA inscrita com o CNPJ nº 07.138.392/0001-07; NEGREIROS & VENTORIN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA inscrita com o CNPJ nº 40.796.959/0002-80; CLINICA SANTA MÔNICA LTDA inscrita com o CNPJ nº 17.411.639/0001-62; SEST SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE inscrita com o CNPJ nº 73.471.989/0217-88; CASTILHO MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA inscrita com o CNPJ nº 17.658.904/0001-01; JPV SERVIÇOS MÉDICOS LTDA inscrita com o CNPJ nº 44.889.383/0001-76, serão credenciadas nos itens de sua proposta. Estando apto para prestar os serviços até o período de 01/04/2029, em conformidade com as disposições contratuais, onde formulou-se expediente de Inexigibilidade de Licitação com fulcro nas disposições do art. 74 da Lei 14.133/21, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a contratação referida.

Lucas do Rio Verde, 21 de maio de 2026.

**Miguel Vaz Ribeiro**  
Prefeito

### PORTARIA

#### EXTRATO: PORTARIA Nº 1049

DATA: 07 DE MAIO DE 2026.

ASSUNTO: Nomeia secretário da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar 06/2026.

OBJETO: Nomeia secretário da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar 06/2026.

Lucas do Rio Verde - MT, 07 de maio de 2026.

**ALAN TOGNI**  
Secretário Municipal de Governo e Administração  
**WELLIGTON WILLEM NOGUEIRA SOUTO**  
Secretario Municipal de Saúde

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

PORTARIA Nº 1138, DE 19 DE MAIO DE 2026.